

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO CENTRO DE ALTOS ESTUDOS EM CONTROLE E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A black and white photograph showing the silhouettes of several people sitting around a table in a modern office or meeting room. Large windows in the background let in bright light, creating a high-contrast scene. The people appear to be engaged in a discussion or meeting.

CECAP

**SESSÃO
PLENÁRIA
VIRTUAL**

Realizada em
02/06/2022



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

MINISTROS

Ana Arraes (Presidente)
Bruno Dantas (Vice-Presidente)
Walton Alencar Rodrigues
Benjamin Zymler
Augusto Nardes
Aroldo Cedraz
Vital do Rêgo
Jorge Oliveira
Antônio Anastasia

MINISTROS-SUBSTITUTOS

Augusto Sherman Cavalcanti
Marcos Bemquerer Costa
André Luis de Carvalho
Weder de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

Cristina Machado da Costa e Silva (Procuradora-Geral)
Lucas Furtado (Subprocurador-Geral)
Paulo Soares Bugarin (Subprocurador-Geral)
Marinus Eduardo de Vries Marsico (Procurador)
Júlio Marcelo de Oliveira (Procurador)
Sérgio Ricardo Costa Caribé (Procurador)
Rodrigo Medeiros de Lima (Procurador)

DEGRAVAÇÃO DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO SUPERIOR DO CECAP

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, BRASÍLIA, 2022

© Copyright 2022, Tribunal de Contas de União

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*



<https://portal.tcu.gov.br>

Permite-se a reprodução desta publicação,
em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo,
desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Degração da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública – CECAP/TCU, realizada em 2 de junho de 2022, em Brasília-DF.

LEGENDA:

Palavras, nomes, siglas ou expressões sublinhadas – Houve dúvida na compreensão;

(Cerimonialista) – Interlocutor não informa o nome ao se pronunciar;

Reticências (...) – Frase não concluída;

(Intervenção fora do microfone) – Várias falas foram do microfone em que não foi possível a compreensão;

(Intervenções simultâneas) – Várias falas ao mesmo tempo, impossibilitando a compreensão;

(Interlocutor inaudível) – Interlocutor fala fora do microfone com identificação apenas de palavras desconexas.

(Interlocutor não se identificou) – Quando não é possível identificar quem está falando.

CERIMONIALISTA | Senhoras e senhores, boa tarde. Sejam bem-vindos à segunda reunião ordinária do Conselho Superior do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública – CECAP. Com a finalidade de ampliar o debate de temas de relevância para o TCU e para a administração pública, promovendo troca de conhecimentos e experiências, foram instituídos três grupos temáticos para o biênio 2021/2022, que são: GT1 – Desenvolvimento Socioambiental; GT2 – Desenvolvimento Econômico; e GT3 – Transformação Digital e Eficiência do Estado. Para abrir essa reunião, fará uso da palavra a Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministra Ana Arraes.

MINISTRA-PRESIDENTE DO TCU E PRESIDENTE DO CECAP

ANA ARRAES

6

Senhoras e senhores, boa tarde. Sinto-me honrada em participar de mais uma reunião ordinária do Conselho Superior do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública do Tribunal de Contas da União. Agradeço a presença de todos e dou-lhes boas-vindas a esta reunião virtual. Gostaria, inicialmente, de tecer uma breve retrospectiva dos trabalhos realizados. Por ocasião de nossa primeira reunião, realizada em vinte e três de setembro de dois mil e vinte e um, o plano de trabalho anual do CECAP foi submetido à apreciação dos senhores conselheiros e aprovado por este conselho. A partir dessa deliberação, o tribunal passou a analisar especialmente, junto às unidades mais diretamente envolvidas com ações de controle externo, o contexto dos temas priorizados pelos conselheiros. Foram então validados três grupos temáticos: Desenvolvimento Socioambiental, Desenvolvimento Econômico, e Transformação Digital e Eficiência do Estado. Buscamos mapear estudos de temas correlatos, além de identificar oportunidades nas quais os membros do conselho pudessem, desde logo, contribuir com nossas ações. Posteriormente, foram realizadas as primeiras reuniões de cada grupo temático, em que foram apresentadas propostas visando captar sugestões dos conselheiros. Hoje divulgaremos os planos de ação estabelecidos pelos grupos temáticos,

de modo que todos os membros conheçam as propostas de cada grupo e, assim, se sintam à vontade para participar de todas as discussões e, se entenderem necessário, indicar especialistas. Paralelamente às reuniões dos grupos temáticos, temos convidado conselheiros para participarem de webinários e painéis de referência em ação de controle, de acordo com a área de experiência e os interesses individuais manifestados nos encontros anteriores, iniciativa à qual pretendemos dar continuidade ao longo deste ano. Adicionalmente, gostaria de convidá-los para a gravação de entrevista sobre os assuntos priorizados nos grupos técnicos temáticos ou outros relacionados. O objetivo é dar voz e visibilidade às opiniões e manifestações dos conselheiros, de forma que extrapolem as reuniões formais. Os grupos temáticos terão suas atividades intensificadas até o final do ano, na forma e frequência a serem definidas pelos próprios conselheiros com os respectivos coordenadores de cada GT. Acima de tudo, nosso propósito é oferecer amplas e diversas oportunidades de debate. Senhoras e senhores, tendo em vista que a minha aposentadoria se avizinha, aproveito a ocasião para me despedir desse conselho. A próxima reunião, ainda sem data definida, será conduzida pelo próximo presidente desta casa. Ao afastar-me, saio com a esperança de deixar um importante legado para a sociedade, por meio das diversas ações efetuadas durante minha gestão que ofereceram, e oferecem, valiosas oportunidades de aprimorar a gestão dos recursos públicos. Cito, para ilustrar, o programa TCU Mais Cidades, que aproxima o tribunal dos municípios e, com eles, dialoga além das ações internas voltadas à atuação, com cada vez mais qualidade. Conto, portanto, com todos vocês, para que o CECAP continue a ser um espaço de valorosas contribuições para o TCU, para a administração pública e, conseqüentemente, para o país. Durante o honroso período em que presidi o conselho, tive o privilégio de partilhar da sabedoria dos ilustres membros e colecionar muitas e importantes colaborações. Tenho conhecimento de que também nos grupos temáticos os encontros sempre se mostraram bastante frutíferos aos propósitos e desafios, resultado, naturalmente, do conhecimento e da experiência dos conselheiros, aos quais reitero meus agradecimentos pelo espírito público e colaborativo com que se dedicam. Muito obrigada.

CERIMONIALISTA | Ouviremos agora a Coordenadora-geral de controle externo da área social do Tribunal de Contas da União, Ana Paula Silva da Silva.

COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO DA ÁREA SOCIAL **ANA PAULA SILVA DA SILVA**

8

Obrigada. Boa tarde a todos. Eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar a senhora Ministra Ana Arraes, Presidente do TCU, e os senhores conselheiros, todos presentes. Muito obrigada pela presença, por participarem dessa tarde, dessa discussão. Minha missão hoje é compartilhar um pouco mais com os senhores o resultado das atividades que foram desenvolvidas até o momento. Como a Ministra falou, foram instituídos os grupos temáticos após as sugestões, depois da primeira reunião do CECAP. Foram montados esses três grupos, eles já se reuniram, e é sobre isso que eu vou falar. Na nossa última reunião, cada um dos senhores teve a oportunidade de se manifestar acerca do interesse em contribuir com o tribunal no debate sobre alguns temas considerados relevantes para a nação. O grupo decidiu, após as reflexões da última reunião, se aprofundar em três temas considerados críticos para o desenvolvimento nacional sustentável. São eles: o desenvolvimento sócioambiental, essencial para a manutenção da vida, do bem-estar das pessoas; o desenvolvimento econômico, que nos dá as bases para o crescimento da nação; e a transformação digital, que é fundamental, que é essencial para a eficiência do estado e a competitividade em nível global. Hoje, cada um dos senhores terá a oportunidade de conhecer um pouco mais daquilo que foi desenvolvido até o momento para cada um dos grupos temáticos, e também contribuir com o desenvolvimento e o aprimoramento dos planos que já estão sendo desenvolvidos. Inicialmente, vamos começar com o tema Desenvolvimento Socioambiental. Esse grupo, do qual fazem parte as conselheiras Maristela Baioni, Luiza Helena Trajano, Ima Vieira, Cláudia Costin e o conselheiro Carlos Siqueira, estabeleceu como objetivo de trabalho contribuir para o avanço na incorporação da perspectiva de mudança cli-

mática de forma sistemática, nas fiscalizações do tribunal e na atuação governamental. Em outras palavras, o grupo ressaltou a importância da atuação do controle externo na fiscalização dessa atuação governamental, em questões afetas à mudança global do clima. E essa visão é importante, principalmente diante do aumento dos impactos das mudanças na economia e na vida das pessoas. Recentemente, vimos o que aconteceu em Brumadinho, na Bahia, em Minas Gerais, em Petrópolis e, agora, mais recentemente, no Estado de Pernambuco. Isso é só uma parte de uma grande comunidade afetada pelas intempéries que são causadas por enchentes, desmoronamentos, crises hídricas, quebras de safra, aumento do custo de energia, escassez de alimentos, perdas patrimoniais e perda de vidas. Então, não é por acaso que o TCU tem desenvolvido vários trabalhos nessas áreas, já há algum tempo, como por exemplo, uma auditoria operacional com objetivo de avaliar a gestão da segurança de barragens de usos múltiplos de responsabilidade do Denocs e da Codevasf. Acerca da atuação do Estado na gestão de risco de desastres, é bom ressaltar que, apesar da criticidade das situações como as ocorridas, o que se observa pelos painéis de controle de gasto é que houve, ao longo dos últimos anos, uma redução bem importante no volume de recursos destinados a essas ações de enfrentamento a desastres. Elas caíram de seis bilhões de dotação, em dois mil e três, que é o maior valor da série histórica, para um vírgula dois bilhões, em dois mil e vinte e dois. Foi uma redução muito importante. Como forma de contribuir para o debate acerca dessas fiscalizações e dessas ações governamentais, associadas à prevenção e enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas, o grupo de trabalho propôs a realização de estudos com três objetivos: conhecer a atuação do TCU e de outras entidades de fiscalização superior, no tema de mudanças climáticas; conhecer o que o Brasil e o mundo têm feito para enfrentar esse desafio grande e, também, analisar como as mudanças climáticas afetam os demais objetivos do desenvolvimento sustentável. Até trago um destaque, que foi bem conversado recentemente dentro do tribunal, o impacto nas questões sanitárias, de novas doenças trazidas, impactos que podem acontecer a partir dessas mudanças do clima. Em relação ao segundo grupo, Desenvolvimento Econômico, do qual participam

os conselheiros: Sebastião Helvécio, Affonso Pastore, Luiz Humberto, e as conselheiras Nina Silva e Anielle Guedes, é importante ressaltar que, de modo complementar ao tema anterior, o grupo propôs reunir especialistas para que possam auxiliar na realização de estudos e ações que contribuam para identificar os principais gargalos relacionados ao desenvolvimento econômico do país, e também para apontar caminhos para a recuperação sustentável da economia brasileira, em benefício da população. Entre as questões que foram destacadas como sendo relevantes dentro desse grupo, podemos citar inovação e competitividade da economia, o sistema tributário, abordando equidade, neutralidade, simplicidade e eficiência do sistema, a qualidade do gasto na infraestrutura, a qualidade regulatória e, também, a questão da redução das desigualdades regionais. Em relação às desigualdades regionais, o que se observa é que, mesmo com a melhoria do IDH nacional, as desigualdades existentes entre as regiões acabam persistindo. Isso impacta não apenas no baixo desenvolvimento social e econômico do Norte e do Nordeste do Brasil, mas também na dificuldade de promover um desenvolvimento econômico que seja sustentável em muitos municípios dessas regiões. Nos últimos anos, o TCU conduziu vários trabalhos com vistas a avaliar a eficiência e a qualidade do gasto público e o seu efeito no desenvolvimento nacional. Podemos citar a avaliação dos efeitos dos benefícios de proteção social e a análise do impacto de programas emergenciais de acesso à crédito, ambos publicados no nosso último relatório de avaliação de políticas e programas, o REP 2021. Por fim, em relação ao tema de Transformação Digital e Eficiência do Estado, do qual participam os conselheiros: Ellen Gracie, Leonardo Secchi, Alex Cavalcante, Sebastião Helvécio, Tatiana Galvão, Anielle Guedes, Fernando Rodrigues e Carla Domingues, o grupo propôs a realização de uma avaliação crítica das estratégias de atuação em transformação digital e inclusão digital, e também uma coleta de contribuições acerca das fiscalizações relevantes a serem ainda realizadas pelo TCU em temas afetos a essa área temática, como, por exemplo, podemos citar a qualidade dos serviços públicos transformados, a política nacional de inclusão digital, a política pública de banda larga e os compromissos acordados junto à Anatel. É bom lembrar que esse cenário mundial aponta

para mudanças significativas não apenas na forma de trabalho, mas também nas competências e nas capacidades que terão que ser desenvolvidas pelas pessoas, pelas organizações, pelas nações, para sobreviver a esse mundo cada vez mais digitalizado e conectado. Essa situação, esse contexto premente, o investimento governamental em políticas públicas em relação à inclusão, equidade digital, de modo a não deixar ninguém para trás nesse processo. A atuação do TCU e de outras entidades de fiscalização superior no controle externo em relação à atuação governamental também é premente para que consigamos induzir, de forma mais efetiva, a atuação das comunidades. Alguns temas foram destacados e entendidos como bem estratégicos para esse grupo. A Secretaria de Fiscalização da Tecnologia da Informação já tem sua estratégia baseada em seis eixos que são fundamentais: a aquisição de TI; governança e gestão de TI; dado e transparências; segurança da informação e privacidade; tecnologias emergentes, e a própria transformação digital. Por conta disso, esse grupo propôs, como linha condutora das suas atividades, tentar responder às seguintes questões: “–Quais estratégias e ações o TCU deve adotar para induzir a transformação digital de entes subnacionais?” (porque sabemos que não basta ter um olhar apenas para a União, para a Federação); e “–Como o TCU pode contribuir para que a administração pública seja mais efetiva no atendimento aos objetivos da política pública, como a expansão do acesso à banda larga, com qualidade e velocidade adequadas, e a inclusão digital?”. Para iniciar esse debate, buscar essas respostas, não apenas para essas perguntas, mas também para outras que possam surgir, eu vou passar a palavra para o Hamilton, que vai mediar essa conversa dessa tarde. Queria, desde já, agradecer a todos conselheiros e conselheiras, aos secretários que estão aqui envolvidos das áreas temáticas mais diretamente relacionadas aos grupos temáticos, aos coordenadores que também estão aqui presentes, a toda a equipe de apoio, e à equipe do ISC, que tem nos ajudado a buscar soluções e superar os desafios nacionais. Antes de passar a palavra para o Hamilton, eu queria só lembrar mais um detalhe, que nós, nessa reunião de hoje, vamos aprovar a ata da reunião anterior, que foi feita em setembro do ano passado. Hamilton, a palavra está com você. Um bom trabalho a todos.

HAMILTON

12

Boa tarde a todos. Eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar a senhora Ministra Presidente, em nome de quem cumprimento todos os demais conselheiros e conselheiras aqui presentes, que integram o Conselho Superior do CECAP. Queria cumprimentar a Ana Paula também, em nome de quem eu cumprimento todos os demais membros do comitê técnico do CECAP, da secretaria executiva, os coordenadores dos GTs e todos os demais participantes dessa reunião. Como falado, já fizemos uma reunião anterior, colocado pela Excelentíssima Senhora Ministra Presidente, onde foi aprovado o plano de trabalho e colhidas sugestões em relação aos planos de trabalho dos GTs. Os GTs foram redefinidos, nós passamos a ter três GTs. Já foram feitas algumas reuniões desses três GTs, uma reunião para cada, e foram apresentadas pela Ana as conclusões e as ações do plano de ação de cada GT. No âmbito dos trabalhos do CECAP, nós temos a previsão para, ao longo desse ano de dois mil e vinte e dois, conduzirmos essas ações previstas dentro de cada GT. Então, em termos desses trabalhos que estão previstos, todos vocês, conselheiros, serão convidados para a realização de eventos, para a realização dessas entrevistas que foram mencionadas pela Ministra Presidente, e serão convidados também a indicar eventuais especialistas para integrar, para trazer contribuições para esses eventos. Todos esses trabalhos serão realizados ao longo desse ano de dois mil e vinte e dois. Há uma previsão que, para o ano que vem, primeiro semestre de dois mil e vinte e três, a princípio seria no início do ano que vem a terceira reunião do conselho superior, mas logicamente a ser ainda definido o período, conforme dito pela Ministra Presidente, pela próxima administração do Tribunal, exatamente quando vai ser, mas, em termos dos trabalhos do CECAP, uma previsão de apresentação do resultado dos trabalhos e entrega dos produtos. Inclusive, incorporando uma das questões que foram pontuadas pelos senhores conselheiros na primeira reunião, no sentido de que esses trabalhos tenham entregas efetivas, tenham resultados efetivos. Então, todos esses novos trabalhos dos GTs estão sendo programados no sentido de que efetivamente tenhamos produtos, e que alguns desses produtos sejam apresentados já no início do ano que vem. Também se prevê

o ajuste das ações até agosto, quer dizer, uma redefinição no início do ano que vem, porque em agosto há a renovação do Conselho Superior. Então, para fins da reunião de hoje, foi enviado a todos os senhores esse material a respeito dos planos de ação de cada um dos GTs, e foram já colocadas para os senhores algumas questões direcionadoras para a discussão, orientadoras para a discussão. Lembro aqui que a grande finalidade do CECAP é para nós, do TCU, termos esse canal com vocês, que estão aqui como representantes da sociedade. O TCU tem essa missão de aprimorar a administração pública em benefício da sociedade, ele se organiza para isso, planeja, define seu plano estratégico, usando uma série de procedimentos. Mas, é fundamental para o TCU termos esse canal com a sociedade, ouvir da sociedade: “–Olha, o caminho é esse mesmo? Não é?” Essas questões estão relacionadas com esse propósito de estarmos sempre em interação com vocês, e ouvirmos de vocês o que precisamos para melhorar a nossa atuação. Uma primeira questão está relacionada especificamente ao trabalho do TCU, o trabalho que nós vamos desenvolver no CECAP, no âmbito dos GTs. Uma vez apresentados quais são os planos de ação de cada GT, gostaríamos, se possível, da contribuição dos senhores no sentido de quais pontos consideram essenciais para que as ações nos GTs produzam melhores resultados? Como os problemas apontados pelos GTs podem ser tratados? Quais são as possíveis soluções? Há casos semelhantes? Há casos de sucessos? Que atores-chave devem ser convidados para as discussões? Nós estamos aqui, uma vez que foram definidos em conjunto com os senhores os planos de ação, estamos querendo dar um passo adiante, colher novamente a opinião dos senhores em relação a como conduzimos isso, de forma a trazer, efetivamente, resultados para essa atuação dentro do GTs. E um outro ponto, querendo obter também subsídios em relação à atuação do TCU nesses temas que estão sendo priorizados nos planos de ação de cada um dos GTs. Então, a partir do que os senhores conhecem sobre o TCU, que mudanças esperam em sua atuação nesses temas? Nós vamos conduzir essa discussão, passando a palavra então para cada um dos senhores, não havendo nenhum pedido de alguma questão de agenda que alguém queira falar, tenha a necessidade de falar de forma antecipada. Vamos seguir na ordem alfabética, uma previsão de seis minutos para cada

conselheiro, e eu vou atuar nesse controle do tempo de fala, com essa tarefa de, uma vez tendo terminado o prazo, vou dar um pequeno sinal pedindo para cada conselheiro que conclua sua fala, para que possamos observar o tempo previsto para a nossa reunião. Nessa linha, eu já queria então abrir com a palavra para o conselheiro Affonso Celso Pastore, reforçando que essas questões que foram colocadas são questões orientadoras, e elas podem também se referir não só especificamente ao GT em que o próprio conselheiro participou da discussão do plano de ação, ela pode se referir a qualquer uma das ações que estão previstas para os três GTs. Passo a palavra ao senhor conselheiro Affonso Celso Pastore.

CONSELHEIRO

AFFONSO CELSO PASTORE

14

Muito obrigado, doutor Hamilton. Cumprimento a Ministra Ana Arraes, a todos os companheiros conselheiros, membros do TCU e do CECAP. Eu quero fazer alguns comentários, me reportando a uma discussão do grupo do qual participei, e vou pegar um exemplo em que é muito difícil não ser específico em casos objetivos para esse tipo de questão que vocês estão colocando para mim. Estou no grupo de Desenvolvimento Econômico, que está ligado a problema ambiental, está ligado a todos os demais. Surgiu uma discussão sobre o papel da educação, e houve uma afirmação de que o Brasil está bem servido em matéria de recursos públicos na educação. Afinal de contas, o governo investe 12% do PIB em educação, que é mais do que os países médios da OECD. Eu fiquei muito contente quando ouvi isso, mas tive que lembrar imediatamente que, se eu olhar os resultados do PISA, o Brasil está muito mal na questão da educação. Quer dizer, o PISA avalia a qualidade, o resultado pela qualidade do aprendizado. O Brasil está no lugar número setenta e cinco no PISA, é um dos últimos no PISA. Nós não estamos conseguindo transformar o gasto em aprendizado. Por alguma razão, existe um defeito aqui dentro. O Governo Federal não investe diretamente em educação na primeira infância, ele não investe em educação no fundamental I e II, ele investe somente, a ele é reservado apenas, o

ensino superior. Ele transfere verbas porque a Constituição obriga que isso seja transferido para os municípios e para os Estados. Os municípios são responsáveis pela primeira parte, pela educação fundamental, depois vem o Estado, que pega o fundamental II e, depois, o governo central investe em educação superior. E os recursos são vinculados. Nós precisamos treinar professores, para poder melhorar a qualidade do ensino. Existe um segundo problema que está sendo vivido pelo Brasil, que se chama transição demográfica. Nós estamos evoluindo em muitos aspectos, e um dos aspectos em que estamos evoluindo é que as mulheres entraram na força de trabalho, elas estão trabalhando mais, elas subiram o grau de educação, subiram a consciência de responsabilidade com a família, e elas sabem que elas têm que fazer isso, elas têm menos filhos. Como elas têm menos filhos, estamos no final do bônus demográfico. Estamos começando a assistir a um fenômeno no qual o número de crianças que chega nas escolas dos ensinos fundamentais começa a cair em número. Acontece que esse recurso que é vinculado à educação, quando é transferido para o município, tem que, necessariamente, ser usado na construção de prédios escolares. Nós não precisamos de prédios escolares na quantidade que os prédios escolares existam anteriormente. Nós precisamos muito mais de recursos destinados ao treinamento de professores para poder aumentar a eficiência do ensino. Alguém tem que ser responsável por saber se os recursos estão sendo usados dessa forma. Formalmente, estamos atendendo a tudo que está na Constituição. Do ponto de vista de eficácia do gasto público para promover desenvolvimento econômico, estamos fazendo tudo errado. A minha questão era a seguinte, eu acho que compete a um grupo como o nosso receber a avaliação que o TCU está fazendo, dentro da sua esfera de ação, sobre como os recursos de educação estão sendo usados, se está havendo um investimento excessivo na construção de prédios, se não está havendo o devido cuidado no treinamento de professores, se nós, ao invés de destinarmos isso para o ensino secundário, não devíamos estar criando creches, que não são depósitos de criança, nas quais as mães poderiam pegar os filhos de zero a três anos, colocar na creche, com alimentação bem feita, com uma educação. Porque é nessa época que se formam os circuitos cerebrais das crianças, e que vai demonstrar se as crianças são

capazes de aprender mais lá na frente, ou não. E não estamos fazendo investimento em creches, as mães não têm onde deixar os filhos, principalmente as de renda mais baixa, elas não podem ir para a força de trabalho para poder aumentar a remuneração da família, e esse gasto em capital humano está sendo mal feito. Deixem-me colocar o seguinte, eu quero ver esse tipo de avaliação. E eu estou vendo mais do que isso, desculpe, essa é a última intervenção, estou vendo o orçamento capturado pela assembleia e pelos políticos, destinando recursos, a imprensa falando em Emendas Pix. Sabe o que são Emendas Pix? A grana sai do governo central e vai direto para o caixa do município, ninguém sabe fazer o quê. Desculpa, TCU, temos que olhar isso. E a sociedade civil tem que estar munida desse tipo de análise para poder botar a boca no trombone e pôr pressão no governo, para que o governo seja mais eficaz no gasto público.

16

Hamilton – O senhor encerrou?

Affonso Celso Pastore – Encerrei. Bateu lá meus seis minutos.

Hamilton – Se o senhor quiser concluir, fique à vontade.

Affonso Celso Pastore – Não. Eu fechei.

HAMILTON | Ótimo, senhor Affonso Pastore. Eu tomei nota das observações. O senhor traz, de forma bem pertinente, dentro do tema do desenvolvimento econômico, a questão da educação, e até cobra um trabalho do TCU no sentido de como esses recursos estão sendo aplicados, que isso deveria ser trazido para análise dos senhores do CECAP. Esse ponto está anotado, vamos encaminhar para a área técnica do TCU, para ver se tem trabalho sendo conduzido dessa forma ou não e, não havendo, se há alguma previsão de realização desse tipo de estudo. O senhor coloca também um outro ponto, sobre a captura do orçamento, me lembro que o senhor tinha colocado isso também na reunião do GT. Em relação a esse ponto, temos conhecimento que, dentro do TCU, estamos trabalhando nisso. Acho importante sim, assim que tivermos alguns elementos, trazermos

isso para uma reunião em que possamos apresentar aos senhores, o TCU dando essa informação para a sociedade, de como está isso, quais são as anomalias, os desvirtuamentos que eventualmente estejam ocorrendo. Estão anotados aqui. Com isso, gostaria de passar a palavra para o senhor conselheiro Alex Cavalcante Alves.

CONSELHEIRO

ALEX CAVALCANTE ALVES

Boa tarde a todas e todos. Muito obrigado, doutor Hamilton, além de saudar todas as conselheiras e conselheiros, e admiro a todas e todos por sua trajetória e contribuição, bem como a equipe do TCU hoje presente. Gostaria, antes de tudo, de parabenizar a presidente desse Tribunal e deste Conselho, Ministra Ana Arraes, pela brilhante atuação que permeou toda a sua vida pública e que foi característica do seu mandato nessa Corte; uma atuação ética, combativa, pautada pela defesa do cidadão, por uma gestão pública eficiente. Então, rendo aqui todas as homenagens à presidente, Ministra Ana Arraes. Gostaria também de parabenizar, pela brilhante iniciativa dos convites aos conselheiros para participação em entrevistas e eventos, acho muito rica essa oportunidade. Quanto aos temas trazidos nos GTs, entendo que, quanto ao GT1, que trata do desenvolvimento socioambiental, o foco nas mudanças climáticas, a meu ver, foi uma escolha muito feliz do grupo, pois se trata de um debate que afeta a própria preservação da nossa existência como humanidade. Certamente, um olhar sobre essa questão, em todos os trabalhos que o TCU desenvolve, vão ser muito ricos para a nossa sociedade. Quanto ao GT2, de desenvolvimento econômico, lendo os documentos que nos foram enviados, verifiquei que uma das pautas de atuação seria avaliar as medidas para melhoria do ambiente regulatório. E acho muito importante que se possa envolver as instituições do Poder Executivo, dos demais poderes como, por exemplo, nesse caso específico, o Ministério da Economia, as próprias agências reguladoras, ampliando o intercâmbio entre os técnicos dessas diversas instituições. E, acompanhando aqui a colocação do professor Pastore, a importância desse foco na educação também, trazendo os

agentes envolvidos com essas políticas públicas, ouvindo o Ministério da Educação, trazendo esses representantes governamentais e da sociedade civil para os debates, de uma forma diversificada, por exemplo trazendo não apenas o porta-voz oficial do Ministério da Educação, mas também representantes das secretarias de educação dos Estados, representantes das universidades, representantes das associações de pais e mestres em nível local. É muito importante ouvir esses diversos setores envolvidos, essas partes todas envolvidas. Quanto ao GT que eu integro, o GT3, nós tivemos um foco muito grande na ampliação da inclusão digital, num olhar especial para essa questão da inclusão digital da nossa população, que é realmente um pilar central para que os cidadãos possam ter acesso à ampla gama dos serviços públicos que hoje, inclusive, são parte de um esforço dos diversos poderes para que estejam plenamente disponíveis na internet, facilitando o acesso, reduzindo prazos, reduzindo tempo de espera. É importante, para que esse tipo de digitalização dos serviços seja efetivo, que o acesso seja o mais amplo possível para toda a população. Entendo que, para todas essas temáticas que foram colocadas, a atuação do TCU deve se dar pautada pelo diálogo, especialmente com essas partes envolvidas, como mencionei aqui, tanto do poder executivo, do poder legislativo, do poder judiciário, mas também com representantes das unidades da Federação e instituições de referência, como a OCDE, o BID, o Banco Mundial, as universidades, e representações da sociedade civil, como os conselhos de políticas públicas e ONGs envolvidas em cada tema. Não tenho contribuição adicional a fazer. Era esse meu pronunciamento. Obrigado.

HAMILTON | Nós que agradecemos, conselheiro Alex, muito obrigado pelas considerações. Nós vamos, sim, em todos os nossos eventos, procurar assegurar uma ampla participação dos vários segmentos, e contamos inclusive com a colaboração dos senhores para indicarem especialistas para cada um dos eventos, independente do grupo específico de que esteja participando; independente disso, contamos com a contribuição para qualquer GT. Houve um pedido, por parte da conselheira Cláudia Costin, para que pudesse falar logo, porque ela tem uma viagem. Então, vou pedir a permissão aos demais e passo a palavra para a conselheira Cláudia Costin.

CONSELHEIRA

CLÁUDIA COSTIN

Boa tarde a todos e a todas. Eu queria agradecer essa especial deferência, doutor Hamilton. Queria saudar o TCU por esta iniciativa tão importante. Dizer que fico muito feliz de integrar o grupo de trabalho de Desenvolvimento Social e Ambiental. E aproveitar para comentar um pouco os pontos para reflexão que Affonso Celso Pastore nos trouxe sobre educação. De fato, no PISA não estamos muito bem, estamos em septuagésimo lugar, mas entre as setenta e nove economias que participam, nós nos colocamos muito aquém do que deveríamos estar. Parte do problema tem a ver, sim, com o financiamento da educação, por incrível que pareça. Muitas vezes, as pessoas dizem que o problema da educação não é recurso, é gestão. Eu lamentaria dizer que são as duas coisas. Gastamos em educação básica menos da metade que a OCDE gasta em educação básica, per capita. Ou seja, nós temos um problema de pagamento de professor muito inferior ao praticado no resto do mundo. Mas é um problema que não é de fácil solução, porque não basta corrigir os salários, temos que melhorar a atratividade da carreira para os que forem entrar daqui para a frente. Nós temos baixa atratividade da carreira e, como bem colocou o Affonso Celso Pastore, nós não formamos os professores da maneira correta, nem reservamos os recursos de que precisam com foco, ou melhor dizendo, nós formamos mal. Nesse sentido, foi muito oportuna a decisão do Conselho Nacional de Educação de estabelecer, na formação inicial e continuada de professores, no Brasil, maior conexão entre teoria e prática. Nós formamos professores principalmente com teoria. Se formos estabelecer um paralelo com a formação do médico, seria o equivalente a formarmos médicos dando aula de história da medicina, filosofia da medicina e sociologia da medicina. Isso não formaria um médico, tampouco forma um professor, que é uma das mais complexas profissões. De fato, precisamos ter mais recursos para pagar salários mais atrativos para os professores, porque pagamos muito pouco. Avançar na direção de turno único. Nenhum dos quarenta primeiros do PISA tem só quatro horas de aula, como no Brasil. São sete a nove horas de aula, com professores com

dedicação exclusiva a uma única escola. Há um problema, sim, de insuficiência de financiamento e de insuficiência de gestão. E o dinheiro, como bem apontou o doutor Affonso Celso, vai para prédio nas transferências voluntárias, mas o Fundeb é exclusivamente para professores, para formação, para pagamento de salários. E o Fundeb também foi uma pauta que avançou ao se tornar permanente, porque ele se tornou não só um recurso um pouco maior, mas um recurso mais redistributivo, quer dizer, é um fundo agora que dá mais dinheiro para os municípios mais pobres, agora com diretrizes mais claras, para formação de professores. Algumas peças para consertar esse caos que vivemos estão estabelecidas. Também gostei muito que foi levantada a questão da transição demográfica, porque ela é absolutamente verdadeira. Nós vamos ter cada vez menos crianças na escola, o que vai gerar uma oportunidade incrível de colocar essas crianças em turno único sem dobrar o número de escolas. Mas uma certa construção de escolas vai ter que acontecer espaçada no tempo, de uma forma eficiente. Queria só comentar que a questão de creche é importante, mas o estudo do Heckman sobre creche não diz respeito à faixa de zero a três anos, e sim de três a cinco. O impacto da creche é muito mais forte na criança a partir dos dois anos. E nós insistimos em colocar bebezinhos de dois meses, três meses, em creche, sendo que isso traz impacto negativo na criação de vínculo entre a mãe e a criança. E nós criamos um modelo de atendimento que tem que ter professor desde os dois meses, não faz sentido nenhum. Nos países que têm bons sistemas educacionais, só se atende creche a partir dos dois anos. Então, temos que fortalecer creches a partir dos dois anos, fazer como fez Salvador, e como fez Boa Vista, passar a atender só a partir dos dois anos, isso vai nos demandar algumas mudanças legislativas, mas é importante, e ter boas condições de ensino com um pouco de ação afirmativa, ou seja, dar mais recurso para as áreas de maior vulnerabilidade, onde o efeito escola vai ser mais importante. Terminando mostrando o *link* entre a questão ambiental e educacional, porque eu tentei ligar agora com desenvolvimento, mas vou falar agora um pouco do ambiental. Quando foram aprovados os objetivos do desenvolvimento sustentável, um deles, o objetivo quatro, é específico de educação, e ele fala sobre uma série de questões impor-

tantes, mas eu vou destacar só duas. Uma é que ele relaciona qualidade não com a infraestrutura do prédio, não com essas questões, mas com aprendizagem. Qualidades são resultados de aprendizagem relevantes e efetivos, criança e jovem aprendendo, se formos falar de educação básica. Outro ponto é que é fundamental educar a criança e o jovem para civismo. Aqui não estou falando de educação moral e cívica, no sentido que a minha geração foi educada, de decorar alguns mantras e achar que isso é educar, mas que ele se perceba um cidadão não só da sua comunidade escolar como da sua cidade, como do seu estado e do planeta. É olhar para a questão da sustentabilidade como um cidadão global, como um ser ético que é responsável pelo futuro das novas gerações, para continuidade do planeta nas novas gerações. Como resolvemos isso de múltiplas maneiras? Uma é evitando desperdício em educação. O gasto na educação tem que ser voltado à aprendizagem, e voltado menos a prédios sofisticados. O prédio tem que ter uma infraestrutura mínima e que se conecte também com a questão da transformação digital, que é o grupo três. Vamos ter, sim, que fazer um investimento grande em transformação digital na educação, porque isso apoia a ação dos professores. Vamos ter que preparar essa criança, e nós descobrimos isso com muita força na pandemia, para o mundo em que ela vai estar inserida, que é um mundo marcadamente digital, preparando os professores para atuar, não só desenvolvendo competências digitais nos professores, mas também preparando para desenvolver metodologias ativas na educação, que é o outro lado do ensino híbrido. Com isso, encerro a minha colocação. Desculpe, acho que passei um minuto do meu tempo.

HAMILTON | Muito obrigado, conselheira Cláudia. Agradeço enormemente pela sua contribuição, enquanto especialista em educação, traz ensinamentos valiosos para nós, e vem reforçar o ponto trazido pelo conselheiro Affonso Pastore, da importância do tema educação, nessa questão do desenvolvimento econômico, que a senhora até fez a ligação com a questão ambiente, da transformação digital. Nós, enquanto atuantes no CECAP, nessa função de captar essas colocações dos senhores em termos de direcionamento da atuação do TCU, vamos tra-

zendo essa questão no sentido de incorporar dentro do nosso processo de trabalho, vamos verificar se há trabalhos direcionados para essa temática ou não, e em que medida podemos trazer também esses trabalhos para discussões dentro do CECAP. Estou percebendo que é um ponto que está sendo colocado pelos senhores. Na sequência, gostaria de passar a palavra para... está constando para mim que a conselheira Anielle Guedes não está presente. Então, não estando presente – quero me certificar, porque pode ter entrado depois –, eu passo a palavra para a conselheira Carla Domingues.

CONSELHEIRA

CARLA DOMINGUES

22

Boa tarde a todos. Inicialmente, em nome da Ministra Ana Arraes, eu gostaria de cumprimentar a todos os conselheiros e à equipe do TCU. As minhas considerações vão ser em relação à questão da tecnologia digital hoje existente em nosso país. Nós vimos o apagão que foi termos os alunos estudando por dois anos em casa, e a maioria ficou exatamente sem estudar, porque nós não conseguimos levar a internet a essas crianças. E, mesmo quando pensamos, não só na casa das pessoas, mas as próprias escolas, a maioria das escolas hoje não têm acesso à internet. Da mesma forma, no Sistema Único de Saúde, vimos o apagão que foi na questão do ConecteSUS, as pessoas não conseguem acessar seu cartão de vacinação, e a dificuldade de você se apropriar da sua saúde, por meio dessa transformação digital que o Ministério da Saúde está querendo fazer. Em relação à questão da transformação digital, hoje eu acho que o grande *gap* do Sistema Único de Saúde está de nós não termos um sistema que faça o controle dos insumos adquiridos pelo Ministério da Saúde, até que esse insumo chegue no cidadão. Vivenciamos, o tempo todo, desperdício gigantesco de aquisições que são feitas, você perde por prazo de validade, ao mesmo tempo, muitos produtos não chegando na ponta, havendo realmente uma dissociação entre as aquisições que são feitas e a necessidade do cidadão. Vamos entrar agora na questão da tecnologia do 5G,

eu acho fundamental, acho que o TCU pode contribuir nisso, de que nós façamos esse mapeamento, onde estão esses vazios tecnológicos, para que possamos confluir esse gasto que está havendo hoje no país, para começarmos a investir primeiro nessas localidades onde há esse vazio digital para, depois, pensarmos em melhorias dos grandes centros. Senão, sempre fazemos o caminho contrário, investimos nos grandes centros, e nunca chegamos nas localidades de difícil acesso do nosso país. Acho que esse mapeamento do que existe hoje, onde não existe nada, onde existe e qual a fragilidade, é fundamental para que possamos pensar nessa questão da ampliação do acesso digital da população brasileira e, principalmente, na melhoria da gestão pública, dos gastos, e pensarmos como integrar esses diversos sistemas do Ministério da Saúde. Estamos vendo o caminho do gov.br, como isso está melhorando essa capilaridade do cidadão e do Governo. Mas ainda temos muito que caminhar nessa questão, para pensarmos como otimizar o gasto público e, principalmente, como darmos transparência a esse gasto. E isso, só vamos conseguir com a informatização dos processos de trabalho de todos, e não estou falando só do nível federal, mas também em nível estadual e municipal. Porque, como o professor Pastore colocou, esse dinheiro que é passado para os municípios, não conseguimos acompanhar se esses gastos estão sendo feitos de forma adequada. Não há transparência e, muitas vezes, estão construídos aqueles hospitais, aquelas escolas que se transformam em elefantes brancos, e não conseguimos corrigir isso no meio do caminho. Então, essa questão da digitalização e de integrarmos o País numa rede única, é fundamental para que possamos avançar na questão da educação, da saúde e do gasto público. Obrigada.

HAMILTON | Nós é que lhe agradecemos, conselheira Carla, pelas excelentes palavras e contribuições com o nosso trabalho. Tomamos nota dessa questão do 5G, da digitalização, a integração entre usuário e sistema, na administração pública federal. Por certos esses temas já estão sendo objeto de atuação por parte do Tribunal, mas estão sendo anotados aqui, e nós incorporaremos, onde forem necessárias, essas suas contribuições. Eu gostaria de passar a palavra para a conselheira Ellen Gracie.

CONSELHEIRA

ELLEN GRACIE

24

Muito boa tarde a todos. Antes de mais nada, eu gostaria de estender os meus cumprimentos à Ministra Presidente Ana Arraes, louvando a excelente gestão que ela desenvolveu perante o Tribunal de Contas da União. Eu creio que se não fosse a criação deste grupo de trabalho, dessa série de grupos de trabalho, dentro do centro de pensamento do Tribunal de Contas, o centro de pensamento do controle de contas no Brasil, já seria uma realização da maior amplitude. Eu creio, senhora presidente, senhores conselheiros, que, efetivamente, nosso país é carente de controles. A falta de controles leva a um desperdício muito grande, muito maior do que aquilo que perdemos com a corrupção, e uma falta de planejamento que também nos leva a depender quantias enormes em produtos, ou em construções, ou em projetos que, na realidade, não são aqueles mais necessários ao bem-estar da nossa população. Louvo também a iniciativa que nos foi trazida, da possibilidade de nós registrarmos, através de entrevistas e depoimentos, um registro da nossa experiência pessoal. Cada um dos conselheiros tem uma trajetória já, seja no serviço público, seja na iniciativa privada, e pode contribuir com essa transmissão, esse registro da sua experiência, para suscitar questões novas ou, talvez, acrescentar mais alguns dados àqueles todos que já têm no Tribunal de Contas. Eu vejo que alguns dos conselheiros que me antecederam já apontaram questões que eu também gostaria de tratar. O professor Affonso Celso Pastore, mencionando a transição demográfica, dá bem esse marco de falta de planejamento no nosso país. Ou seja, estamos, talvez hoje, planejando o mesmo acréscimo de salas de aula que planejávamos há vinte anos. E quando executamos esses acréscimos, não sabemos, na realidade, se visam atender ao interesse público ou apenas a um descarte de estoques existentes em certas áreas da indústria, como nós vimos recentemente no caso dos caminhões de lixo, encaminhados até para prefeituras que deles não necessitavam. Então, essa nossa reunião é uma reunião muito importante, senhora presidente, senhores conselheiros. É uma reunião em que nós estamos com um material e um potencial humano de experiências variadas, trazidas pelos diversos conselheiros, e que podem realmente traçar

os rumos para o Tribunal de Contas da União. No entanto, doutor Hamilton, o Tribunal de Contas da União pode muito, mas não pode tudo. É necessário, me parece, senhores conselheiros, absolutamente necessário que este grupo abra suas portas e estenda seus braços para outras ramas de controle que existem no país, os Tribunais de Contas dos Municípios e dos Estados. É preciso que haja realmente a formação de uma rede que permita ao cidadão brasileiro controlar os gastos que são feitos através do recolhimento daqueles impostos que nós todos pagamos. Em primeiro ponto, eu sugeriria este entrelaçamento entre o nosso grupo de conselheiros do Tribunal de Contas da União, com outros tribunais de contas estaduais e municipais. Um segundo ponto, que eu gostaria talvez de propor hoje, diz respeito à formação cidadã, que também já foi mencionada aqui. A professora Cláudia Costin mencionou, também da mesma forma a professora Carla Domingues. Como formar essa cidadania vigilante, digamos assim? Essa cidadania fiscalizadora do gasto público? Uma das possibilidades que surgiram ao longo de acontecimentos recentes, que envolveram grandes empresas e casos de corrupção, era o projeto, que afinal não saiu do papel, mas que me parece bastante interessante, e que consistia em recolher, num único banco de dados, todas as licitações, as aberturas de licitações, os editais de licitações que fossem publicados no país, de modo que cada cidadão da pequena cidade de Arapiraca pudesse verificar se a sua cidade estava lançando um edital de licitação, quem sabe, para construção de um hospital, quando a cidade já conta com um hospital de boa qualidade, ou a cidade vizinha pode prestar esse serviço. Ou seja, permitir que o cidadão efetivamente fiscalize a destinação do gasto público. Me parece que isso é alguma coisa de fundamental importância. Paralelamente a esse simples catálogo de editais de licitação, um grupo de estudos poderia se dedicar à análise de uma amostra dos editais de licitação lançados, por exemplo, no dia dois de junho, de vinte, vinte e dois. E teríamos, nessa amostragem, a possibilidade de verificar todas as falhas de ilegitimidade, de falta de condições, de falta de requisitos, quem sabe, de apresentação de propostas, ou seja, essas poucas licitações que seriam parte da amostra, seriam acompanhadas do início ao fim, para que pudéssemos combater, de certa forma, usando os recursos da cidadania, os recursos das entidades oficiais, para obter uma adequada, justa e proba utilização dos recursos pú-

blicos. Eu vejo que já encerrei meu tempo, mas haverá sempre mais oportunidades para que o grupo se reúna, e que possamos adiantar nossas ideias e ouvir os colegas a respeito delas. Muito obrigada.

HAMILTON | Muito obrigado, conselheira. Tomamos nota das várias contribuições apresentadas pela senhora, que somente reforçam a importância deste fórum, desse CECAP. Efetivamente as contribuições que os senhores trazem vêm a nos indicar, em termos de atuação do TCU, quais são os pontos que devemos priorizar na nossa atuação. A senhora comentou uma série de questões, em termos do planejamento, interação com TCE's e TCM's, há algo caminhando nesse sentido, que é a Rede Integrar, talvez possamos até, numa próxima oportunidade, trazer informações sobre como isso está atuando. A senhora coloca essa possibilidade de interação do grupo do CECAP com esses representantes dos TCE's e TCM's, é algo que pode se pensar a respeito. A questão da formação cidadã, há uma atuação também nessa linha. E a senhora traz também essa última sugestão, no sentido de se fazer um grupo, uma análise, isso tudo vai ser considerado por nós dentro da nossa atuação, no TCU. Eu gostaria, na sequência, de passar a palavra para o conselheiro Fernando Rodrigues, seguindo a ordem alfabética.

26

CONSELHEIRO

FERNANDO RODRIGUES

Boa tarde a todos. Queria agradecer à Ministra Ana Arraes, por coordenar mais essa reunião, pelo privilégio de fazer parte do grupo. Queria dar boa tarde a todos os conselheiros, às conselheiras, ao corpo técnico do TCU. Falar, tentar me manter dentro desse tempo circunscrito a seis minutos. Eu faço parte do grupo, tenho o prazer de fazer parte do grupo com vários conselheiros e conselheiras que, certamente, têm muito mais a contribuir em conhecimento do que eu, e é um prazer ouvir a todos. O plano de ação do nosso grupo, cujo tema é Transformação Digital e Eficiência do Estado, tem dois itens principais: avaliar criticamente as estratégias de atuação e transformação digital, inclusão digital do país, e coletar contribuições sobre fiscalizações

relevantes a serem realizadas no âmbito das citadas estratégias. A Ministra Ellen Gracie, que fez sugestões muito valiosas agora, acabou de mencionar como seria útil, por exemplo, que existisse, no país, o que ela chamou até modestamente de simples catálogo de editais de licitação, mas um banco de dados que fosse de fácil acesso para que cidadãos, cidadãs, em qualquer uma das mais de cinco mil cidades do país, pudessem, de maneira facilitada, entender que tipo de edital, de licitação, de consulta para contratação de serviços as suas cidades estavam fazendo. Isso, de fato, é muito útil. Me lembro que, no início da década de dois mil e dez, quando ainda estava, em certa medida, ficando pronta toda uma luta antiga sobre Lei de Acesso à Informação, o deputado federal que teve o primeiro projeto de Lei de Acesso à Informação, que hoje é uma lei civilizatória, está com todos nós, ele lembrou que, no começo da vida dele como deputado, o que o levou a propor uma lei, que depois veio a ser a LAI, que todos nós conhecemos hoje, foi que, na cidade dele, no interior de Minas Gerais, um dia ele desejou saber quanto o prefeito gastava para fazer pavimentação das ruas locais, e não conseguiu essa informação nessa cidade do interior mineiro. Ele falou: um dia eu vou ser deputado federal e, quando eu for deputado federal, vou propor uma lei que obrigue todos os agentes públicos a divulgarem esses dados. Isso faz vinte anos, quando começou toda a discussão da LAI. A LAI já existe há dez anos, e é uma demonstração de como ainda, no Brasil, é muito difícil acesso a informações. Isso tem tudo, absolutamente tudo, a ver com transformação digital e eficiência do Estado. Tem aquela frase, que é dita tantas vezes, do juiz da Suprema Corte Norte Americana, foi dita há mais de cem anos, pelo Louis Brandeis, que a luz do sol é o melhor desinfetante, nada substitui a claridade, a transparência, porque isso inclui e arrasta os cidadãos a participarem mais da vida pública porque, muitas vezes, ficam indignados, ficam com vontade de atuar para poder corrigir o que não consideram que é certo. Acho, para agora já fazer a minha contribuição, que acredito que seja muito útil que esse grupo temático no qual participo, o CECAP, todo possa atuar, é oferecer aos cidadãos, de maneira muito prática, por meio do TCU, não só, Ministra Ellen Gracie, um catálogo dos editais de licitação. Mas, tentar fazer talvez aquilo que outros órgãos públicos poderiam fazer, e não fazem, que é oferecer as bases de dados que existem na sociedade já hoje disponíveis, são públicas,

para que as pessoas tenham acesso, possam ler, entender, fazer sinapses e, assim, tornarem-se cidadãos mais plenos. Ontem eu participei de uma apresentação esplêndida de uma iniciativa chamada “Observatório da Indústria”. São cerca de quatrocentas bases de dados com muitos terabytes de informação. Vou dar um dado que é fascinante, todos nós, quando ouvimos isso, ficamos muito impressionados. Eles têm, de várias cidades brasileiras, o mapeamento de todas as escolas que já estão em tempo integral e as que não estão, e cruzam essas informações com o nível de criminalidade no bairro, no entorno dessas escolas. Aumenta ou diminui o roubo de celular? Melhora ou não a segurança das pessoas? Obviamente, melhora. São dados iluministas que ajudam, de maneira muito pedagógica, a população a entender o que são políticas públicas, como devem ser adotadas. E tudo isso, hoje em dia, ao alcance de um clique, porque tudo pode estar digitalizado. Sei que não é uma tarefa simples, mas eu acredito muito no poder da informação nas mãos dos cidadãos. E acho que essa missão tão nobre desse grupo temático do qual eu participo, que é Transformação Digital e Eficiência do Estado, tem tudo a ver com oferecer informações digitalizadas para a população, para que ela possa formar seu juízo a respeito das políticas públicas e, assim, exercer plenamente a cidadania. Perdão, estourei alguns segundos, era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado. Peço perdão, doutor Hamilton, entrego a palavra.

HAMILTON | Muito obrigado, conselheiro Fernando, pelas suas colocações, essa ênfase, esse reforço na questão da disponibilização de informações por parte do TCU. Isso pode ser realmente objeto de aprofundamento, de maior discussão dentro do GT de Transformação Digital e Eficiência do Estado. É algo que vem sendo perseguido pelo TCU, numa perspectiva de exponencialização da ação de controle, mediante a participação cidadã, efetivamente é algo que se vislumbra, não só para o TCU, mas para as organizações de controle ao redor do mundo. Quanto mais se disponibilizar informação, mais você consegue com que a própria sociedade atue nesse controle. Achei bem interessante que o senhor tenha reforçado esse ponto, porque é uma contribuição que trazemos que só reforça essa nossa pré-análise, essa nossa pré-convicção de que esse é um ponto a ser perseguido mesmo. Eu gostaria então, na sequência, primeiro só confirmando que a

conselheira Ima não está presente – essa foi a informação que me foi passada. Caso esteja, por favor se manifeste, mas, não estando, eu passo a palavra ao conselheiro Leonardo Secchi.

CONSELHEIRO

LEONARDO SECCHI

Obrigado, Hamilton, pela exposição. Quero cumprimentar todos os colegas conselheiros aqui presentes, todo o pessoal técnico do Tribunal de Contas, também do Instituto Serzedelo Correia, quero também parabenizar a Ministra Ana Arraes, pela presidência, a condução de tantas atividades no TCU, entre elas, a implementação efetiva do CECAP. Também quero desejar a ela sucesso nas próximas etapas, e uma torcida para que o próximo presidente do TCU tenha o CECAP entre as prioridades, que continue a dar também a vivacidade que a Ministra Ana Arraes deu para esse fórum de pensamento propositivo. Essa é a minha fala inicial, um grande abraço a todos, em especial à presidente. Estou, nesse momento, em Portugal, e estou vivendo um momento especial de estudos sobre transformação dos Estados, no caso, a transformação da administração pública, e fazendo um estudo comparado entre a América Latina e os Países Europeus, especialmente Portugal e Espanha. O que eu tenho percebido aqui é que, além da pressão que vem da sociedade civil e da política, para processos de modernização administrativa e, também, modernização do Estado, há uma pressão que vem do processo de europeização. Ou seja, os Estados aqui são pressionados, através de fundos estruturantes, através de rede de compartilhamento de saber, a adotarem estratégias mais modernas. Por exemplo, eu faço parte do GT 3, Transformação Digital e Transformação do Estado, e vejo isso com muita clareza. No Brasil não temos isso, naturalmente, somos um país que vive no âmbito da nossa autonomia dentro do Mercosul, mas não com esse tipo de ferramentas. E por isso, reveste-se de importância a ação do Tribunal de Contas e do CECAP como indutores de políticas públicas e transformação do Estado, seja na área de meio ambiente, seja na área de desenvolvimento econômico ou na questão de modernização administrativa. Eu quero só reforçar, com essa minha fala inicial, esse papel

que nós temos, que o TCU abraça nossas atividades, abraça um novo papel, como disse a Ministra Ellen Gracie, um papel de *think tank*, ou seja, de um tanque de pensamentos propositivos que podem ser utilizados para melhoria da ação governamental. E bem atento às questões levantadas pelo Hamilton, de que forma podemos contribuir, de que forma que os GTs podem alcançar os seus resultados de maneira mais palpável e, também, como o TCU pode tratar os resultados que tem no GT para que eles sejam utilizados, eu fiz três reflexões. A primeira delas tem a ver com ciclos políticos eleitorais, tanto executivos quanto legislativos. Nós todos sabemos que em outubro teremos as eleições de primeiro e segundo turno, são de deputados federais, senadores, e início de um novo ciclo de exercício de mandatos em primeiro de janeiro do próximo ano. Pois bem, acredito que a nossa ação dentro do CECAP também deve ser formada dentro desses ciclos. Na minha opinião, tudo aquilo que foi apresentado pelo Hamilton, pela equipe toda, eu acho que tem tudo a ver com uma coesão com esses ciclos eleitorais, porque não adianta agora apresentarmos certas proposições, e assim por diante, trazermos certos elementos para o debate se, nesse momento, a preocupação, o foco e a energia, tanto do Executivo, quanto do Legislativo, estão nesse processo eleitoral. Mas, após, passado o processo eleitoral, acredito que venha, daí sim, um momento de pensarmos estrategicamente de que maneira fazer com que esse conhecimento produzido aqui, que, pelo que vi no cronograma, vai ser produzido até dezembro deste ano, chegue para esses novos agentes públicos a partir do ano que vem. Trago duas propostas, desculpem, são propostas um pouco fora da caixa, não sei se é de hábito do TCU fazer esse tipo de atividade, mas que nós, conselheiros do CECAP, tenhamos a possibilidade de, a partir do ano que vem, a partir do exercício do mandato, ter momentos de interação entre nós presencialmente, em Brasília, e também que possamos ter espaço de debate e formação dessa agenda do GT1, GT2, GT3, juntamente com os novos responsáveis designados para os ministérios e também para as casas legislativas. Acredito que, como o sentido da política, o processo de formação da agenda tem todo um ciclo que vai dos meios de comunicação para a agenda política e, depois, para a agenda governamental. Acredito que essa interação, de uma maneira organizada, dentro de certos controles, parâmetros que fazem o trabalho do CECAP, tenhamos condições da visibilidade sobre o co-

nhecimento que está sendo produzido esse ano. A segunda proposição que eu trago é com relação à realização de um evento, daí já lanço até aqui uma ideia de data, fevereiro de dois mil e vinte e três, quando todo mundo já estará devidamente acomodado em suas cadeiras executivas e legislativas, que possamos fazer um evento dos conselheiros do CECAP, em Brasília, juntar os resultados dos GTs que foram feitos até dezembro, e que possamos apresentar isso para um público mais amplo, trazer isso como duplo efeito. Primeiro que vai gerar nos GTs um incentivo forte à preparação com consistência dos produtos dos GTs, ou seja, vamos ter que apresentar isso para a sociedade de maneira externa, também levamos à sério o processo de construção disso. O segundo é a entrada na agenda política e governamental, ou seja, fazer um evento em Brasília, com o TCU, com os conselheiros do CECAP, conseguimos fazer com que esse tipo de comunicação não fique tão entre nós, mas que façamos essa comunicação para os agentes políticos que vão implementar essas agendas de mudanças e também os meios de comunicação, que ajudam a aumentar a pressão social sobre esses novos governantes, que prometem bastante no momento eleitoral, mas que formam suas agendas a partir do momento concreto em que assumem seus mandatos. Essas são as minhas duas sugestões. Deixo aqui meu grande abraço a todos e uma satisfação enorme de compartilhar esse espaço com vocês. Muito obrigado.

HAMILTON | Nós que lhe agradecemos, conselheiro Leonardo. Tomamos nota das suas sugestões, acho muito pertinente essa conexão com a questão do ciclo eleitoral e com esse cronograma de trabalhos que estamos prevendo. Efetivamente nós já estamos prevendo, no início do ano que vem, a definição, apresentação dos produtos. Acredito sim, concordo que seria muito interessante se pudéssemos realizar um evento nosso para apresentarmos também para o público externo, se possível também para os novos eleitos, tanto no Executivo como no Legislativo. Eu acho que seria uma forma mesmo de dar voz, de dar consequência e resultados ao nosso trabalho. Concordo, também, que serviria muito como incentivo para que nós, efetivamente, nos desdobremos ao longo desse ano para gerarmos resultados consistentes. Muito obrigado pelas suas contribuições, conselheiro. Gostaria de passar a palavra para o conselheiro Luiz Humberto Cavalcante Veiga.

Maria Paula – Hamilton, desculpa te interromper, a conselheira Maristela Baioni pediu, se possível, para antecipar a fala dela, pois está com problema de conexão.

HAMILTON | Desculpe, não tinha visto. Conselheira Maristela, lhe passo a palavra.

CONSELHEIRO

MARISTELA BAIONI

Boa tarde a todos. Agradeço demais essa antecipação. Peço desculpas, meu chat não está funcionando, por isso que não consegui registrar no chat esse meu pedido. Cumprimento a Ministra Arraes, doutor Hamilton e todos os conselheiros, autoridades aqui presentes, servidores do Tribunal de Contas da União. Queria agradecer essa oportunidade de estar aqui com vocês, dizer da minha satisfação de ter participado do grupo um, e parabenizar o Tribunal de Contas pelo esforço, pelo trabalho e pela organização desses três grupos. Eu vou trazer contribuições muito pontuais. A primeira contribuição faz referência a algo que eu mencionei na nossa primeira reunião, de tentarmos buscar essa conexão com os objetivos do desenvolvimento sustentável. Eu vejo que há uma necessidade de trazer todos os trabalhos e conectar com essa agenda, que é a agenda do desenvolvimento humano, do desenvolvimento sustentável. Ainda naquilo que se refere ao grupo um, porque participei do grupo um, queria só trazer um pontinho que eu acho superimportante, que não vi na organização do plano de trabalho, e queria trazer à atenção do Tribunal de Contas da União, que é a necessidade de fazermos uma análise, um estudo mais aprofundado do Cadastro Ambiental Rural. Por que isso? Porque esse Cadastro Ambiental Rural é o que vai permitir, tanto para as atividades, as propriedades particulares ou propriedades mesmo públicas, que consigamos garantir um acompanhamento, um monitoramento próximo da preservação e da conservação. Acho que esse mecanismo de monitoramento, trazer essa análise é extremamente fundamental para que possamos ter isso como um dos mecanismos de preven-

ção ao desmatamento, à incêndios, etc. Queria mencionar, no âmbito desse mesmo grupo, a importância de sermos ousados na construção de políticas públicas que levem, sim, para uma economia verde. E aí já passo imediatamente para um comentário sobre o grupo dois, que queria enfatizar muito, muito – vi que isso está colocado lá como uma das sugestões – que é a revisão de normativas, revisão de legislação, no sentido de estar simplificando e melhorando o ambiente de negócios. Acho importante fazer isso escutando também o setor privado, escutando aquele empresário, escutando o micro e pequeno empresário, escutando o empresário que está encontrando, no seu dia a dia, a dificuldade com a burocracia, para poder avançar na construção dessa economia, numa economia que seja mais progressiva e que possa, sim, gerar emprego e renda. Vejo muito importante fazermos essa discussão a partir daquele que está na ponta, que está atrapalhando. Um outro ponto que eu queria mencionar ainda no escopo do grupo dois, acho que a Cláudia trouxe isso, o professor Pastore trouxe isso, acho que é importante também entendermos o tema no campo educacional. O Brasil não tem nem sequer, de uma certa forma, uma força de trabalho qualificada com todas as suas habilidades básicas. Sabemos que, para se tornar um país competitivo, um país de alta produtividade, estamos trabalhando, competindo com países que hoje têm o que chamamos de habilidades avançadas. Precisamos, sim, de um repensar do sistema educacional que gere um movimento de educação profissional, que leve a uma educação profissional, mas que garanta uma conjunção entre o que chamamos de habilidades básicas e habilidades avançadas. Por fim, queria mencionar, tratar muito rapidinho sobre o eixo três, trazer uma contribuição. Porque, por mais que eu veja essa importância de estarmos trabalhando e o Brasil avançando na tecnologia 5G, temos visto que algum município tem conseguido, através de pequenos provedores de internet, com serviços de micro e pequenas empresas, levar a internet para comunidades mais pobres, para comunidades mais carentes. Sabemos que o 5G é um processo longo, então não sei como poderíamos, no âmbito dessa discussão do próprio 5G, pensar em medidas mais imediatas que possam ser complementares, que façam, que construam pontes para um 5G alargado. Queria ainda, pensando nessa questão da tecnologia, acho que temos que olhar na perspectiva de três grandes blocos, principalmente quando es-

tamos olhando a questão educacional. A questão da infraestrutura, é uma. A questão do equipamento, do laptop para o aluno, para o estudante, para ter acesso, acho que esse é um outro ponto que não foi vencido ainda no Brasil. Nós temos dois anos de alunos perdendo duzentos e setenta e nove dias de aula, no entanto, não têm acesso à internet ou não têm acesso sequer ao equipamento. Não vimos nenhuma grande iniciativa, programa que pudesse suprir essa lacuna. Terceiro, ainda nesse mesmo aspecto, temos que pensar em toda uma provisão de um conteúdo *soft*, de um conteúdo pedagógico, de um conteúdo acadêmico, que combine com o modelo híbrido de educação. Acho que são três pedaços de uma mesma equação, que ainda não estão bem formulados. Dois outros pontinhos, só para deixar no nosso radar. Um é que é muito importante a transformação digital, mas também é muito importante a proteção de dados. Acho que esse é outro tema que nós também, ao avançarmos na transformação digital, não podemos perder de vista. Acho que esse é um pontinho de preocupação. Um outro tema é talvez provermos, propiciarmos um estudo onde possamos detectar se realmente essa transformação digital está ampliando os *gaps*, ampliando as distâncias das desigualdades entre pobres e ricos no Brasil. Acho que é superimportante entendermos como essa política está impactando as diferentes classes sociais no Brasil. E termino aqui mencionando que o terceiro eixo fala de transformação digital e de eficiência na governança. Penso eu que poderíamos ampliar a discussão sobre eficiência do Estado e de governança para além da questão da transformação digital. Tinha mencionado, no encontro anterior, sobre a possibilidade de apoio a centros de governo. Paro por aqui, já falei muito. Super agradeço, e peço desculpa por ter atropelado a agenda. Devolvo a palavra. Muito obrigada a todos.

HAMILTON | Muito obrigado, conselheira Maristela, pelas suas excelentes colocações, observações. Trouxe pontos em relação aos três GTs, ressaltando pontos a serem priorizados, todos eles eu tomei nota, da organização do evento também está tomada nota, e vamos tentar atender as colocações feitas. Eu voltaria para a sequência, que seria o conselheiro Luiz Humberto Cavalcante Veiga.

CONSELHEIRO

LUIZ HUMBERTO CAVALCANTE VEIGA

Muito obrigado. Vocês estão ouvindo? Queria confirmar. (Intervenção simultânea). Muito obrigado, Hamilton. Quero aproveitar aqui, além de reafirmar meu agradecimento ao convite, à participação nesse grupo que eu considero de um nível espetacular, realmente, na realidade, não sou nem eu que considero, acho que é um *Dream Team*, usando um termo em inglês, uma equipe de pessoas que tem tanto a sua capacidade de pensar o Brasil, e vimos nas manifestações de várias pessoas, como o professor Pastore, professora Costin, a Ministra Gracie. Nesse momento também eu quero agradecer à essa oportunidade que a presidente Ana Arraes proporcionou. Eu me sinto muito triste por ela estar se aposentando, por ser uma figura de extrema competência, extrema preocupação com a população, isso eu vi durante o meu trabalho, tive a oportunidade de trabalhar com ela já em determinados momentos da carreira. Dizer isso, que na realidade é uma grande honra ter podido estar nesse momento, agora com uma pequena contribuição, que é aquela que eu tenho da minha vida profissional para trazer para esses grupos todos e para o nosso grupo de trabalho, num âmbito menor. Só falando com relação à questão das discussões no âmbito do grupo de trabalho, eu acho que isso já debatemos e já ficou muito bem consolidado, inclusive com o ponto da questão das obras inacabadas, que foi um detalhe que foi trazido pelo Tribunal, que entendemos que realmente é um ponto importante a ser tratado. Mas eu volto aqui, aproveitando também esse momento, em função dessa questão da contribuição, para trazer um tema que também levei lá, e eu queria transbordar esse tema para um grupo maior, que é a questão de benefícios fiscais. Nós temos um volume gigantesco de benefícios fiscais, de ordem superior a trezentos bilhões de reais por ano, o que representa, segundo alguns cálculos, em torno de um quinto a um quarto de toda arrecadação, e que não tem tratamento, ou tem tratamento muito menor do que aquele dado à alocação de recursos. Quando você pega a receita pública e aloca, você tem um tratamento, vemos lá, o TCU é muito atento à questão dos valores das obras, do custo médio, faz toda uma auditoria muito bem fundamentada

com relação a isso. Eu queria propor aqui, obviamente talvez não tenhamos oportunidade nesse mandato do CECAP, de passar isso para um outro, que funcione como uma sugestão para o próximo período, que é a questão de que o TCU pudesse fazer esse trabalho brilhante que faz também âmbito dos benefícios fiscais. Para tomarmos conta de um quinto ou um quarto, dependendo das medidas do orçamento, porque ninguém sabe qual benefício trouxe o benefício fiscal. Será que trouxe realmente? Qual foi a geração de empregos? Qual foi a melhoria? Qual foi o ganho em termos de produtividade? Qual foi o ganho em termos de geração de Produto Interno Bruto? Acho que isso tem tudo a ver com a questão do desenvolvimento econômico, e estamos falando de um quarto ou um quinto de toda a arrecadação pública. Não é do orçamento, porque tem uma questão de dívida gigantesca, que fica lá pendurada, mas em questão de arrecadação, temos esse rombo. Eu queria, mais uma vez, agradecer. Estou sendo bastante breve, a contribuição dos meus colegas realmente, pelos diversos pontos de vista que trazem, já são bem mais valiosas do que essa minha pequena participação, mas estou aqui trazendo esse pontinho para que possamos dar andamento nisso aí. Muito obrigado.

36

HAMILTON | Muito obrigado, conselheiro Humberto. Agradeço sua contribuição, muito válida, destacando esse ponto da questão dos benefícios fiscais, das renúncias fiscais. Nós, enquanto TCU, vamos tomar nota da sua contribuição e tentar implementar, seja nessa gestão, como o senhor comentou dos trabalhos do CECAP, ou numa próxima, vamos ver como conseguimos lidar com essa temática dos benefícios fiscais nessa discussão no âmbito do CECAP. Sabemos que o TCU já tem feito trabalhos a respeito dessa matéria, mas houve uma opção, no âmbito do GT de Desenvolvimento Econômico, de tratar de outros temas. Mas vamos avaliar se é possível talvez fazer uma discussão específica sobre a questão dos benefícios fiscais. Temos que avaliar com a unidade temática se ela está programando algum trabalho em relação a isso para esse período, e fazemos esse tipo de avaliação e damos um retorno para todos os senhores. Na sequência, conselheira Luiza Helena Trajano.

CONSELHEIRA

LUIZA HELENA TRAJANO

Primeiro, boa tarde a todos. Ministra, muito obrigada por toda a sua contribuição que você deu com tanto carinho, com tanta competência. O Brasil espera que continue, de uma forma ou de outra, dando sua competência, que o Brasil precisa muito. Doutor Hamilton, parabéns pela condução, todo mundo está cumprindo o horário certinho, seis minutos. A sua equipe e você, parabéns. Muito legal. Eu peço, primeiro, desculpa de não poder ter estado aqui dia doze, estava recebendo um prêmio nos Estados Unidos, não tinha jeito de pegar e estar aqui dia doze. Me perdoe. Detesto entrar nas coisas e não dar conta. Eu queria dizer o seguinte, algumas coisas que foram faladas. Dizer para o doutor Affonso que eu, na vacina, fui muito para a ponta. Estou impressionada, cada cidadezinha de quinze mil habitantes tem dois ginásios esportivos na cidade, vazios, parados. Acho que temos que tomar muito cuidado do que vamos aprovar de prédio mesmo. Dizer para a Cláudia que tem muito prédio bom, parado, que podemos transformar sem aprovar construção de outro prédio. Na vacina acabei ficando muito próxima dos cinco mil e seiscentos municípios, principalmente dos quatro mil e quinhentos, muito lá na ponta, e pudemos observar muita coisa disso, é impressionante. Eu escuto de educação há muito tempo. A educação é a base de tudo. Acho que não tem que nessa sala aqui não escutou isso a vida inteira. O grupo Mulheres do Brasil que estamos propondo é para partir para a ação. A minha proposta, doutor Hamilton, não sei nem se é possível é, quem sabe, podermos nos reunir um dia inteiro, todo esse conselho, e sair com medidas concretas de lá. Por exemplo, socioambiental eu não vejo outra forma se não chamarmos para o diálogo os agricultores com os naturalistas, os humanistas. Está uma briga danada, você fala com um, ele tem razão, você fala com outro, ele tem razão. A nossa imagem fora do Brasil e o que está acontecendo no mundo, está cada vez pior. Acho que uma das coisas que é unanimidade, que temos o apoio da população, é cuidar do nosso pulmão, é cuidar do nosso Brasil. E não vejo outra forma se não sentarmos os dois para um diálogo. Ministra Ellen, concordo profundamente que o povo tem que aprender a cobrar e acompanhar o que ele mesmo dá, porque quem paga tudo é o povo. E aí eu

quero entrar no terceiro pilar, que é a digitalização. A digitação é um sistema, ele não é um aplicativo, é um sistema de gestão. Se não entrarmos na digitalização, nós vamos continuar.... O Brasil gasta dez por cento de burocracia, dez por cento que não vai para ninguém, que não vai para o governo, que não vai para a população, que não vai para ninguém, é perdido, é de burocracia. Existem tantos planos que eu já vi, do Guilherme Afif, de todo mundo, é a única coisa que conseguimos passar esse ano. Nós não vamos passar reforma tributária, nós não vamos passar reforma administrativa. Mas, um programa de... Aí passa pela digitalização. A digitalização é uma forma de nós (inaudível). Sem a digitalização, não vamos simplificar. Eu queria pedir para o TCU, eu não sei se é possível, tudo que estou falando aqui não sei se é possível, ter uma reunião de encontros, eu não conheço muito. Mas eu queria falar para vocês que eu entrei no SUS há quatro anos. É impressionante o que o SUS tem de digitalização, inclusive de verba que foi dada para isso, mas está tudo fragmentado. Ele tem um sistema muito maior que vocês podem pensar, que não é usado pela população. E tem empresas grandes lá dentro, fazendo um trabalho de tecnologia. O SUS, dentro do que foi falado, poderia estar prontinho. Porque uma vez eu pedi para o pessoal que trabalha lá fazer uma apresentação para nós de digitalização, vocês ficam impressionados, ele tem digitalização disso, ele tem digitalização daquilo.... Mas ele não liga uma coisa com outra. São dinheiros que estão lá totalmente desperdiçados. Acho que temos que partir para fazer acontecer, para fazer. A economia passa pelo emprego. Eu chamo a economia de emprego porque, à medida que tem emprego num país muito pobre como nosso, dá estudo para o filho. Eu não saio do bairro, eu não saio do sertão, mas eu escuto: quero dar para o meu filho o estudo que não tive. Minha proposta, cumprimentando todos vocês, adorei todas as apresentações, quero estar presente, senão não quero (inaudível). Eu quero dizer: vamos dizer para ter quatro, cinco coisas que vamos pôr na prática. É muito diagnostico, é muita opinião e pouca ação. Eu quero o Brasil para já, o Brasil tem tudo. Só para terminar, cheguei de Dubai, faz dois meses e, logo na semana seguinte, fui a convite (inaudível) para o Rio de Janeiro, dar uma palestra. Cheguei no domingo, na quarta-feira, chorei de tristeza, porque nós temos água, temos montanha, nós temos verde, nós temos beleza, e não conseguimos dar conta do nosso país. Em compensação, uma

cidade que era pura areia se transformou no principal turismo do mundo, fazendo isso que não tinha onde pegar. Muito obrigada. Parabéns pela reunião. Estou disposta a ajudar vocês a montar um dia, nós levamos gente. Quero só terminar falando do 5G, é uma grande mudança no país. Acho que todos nós precisamos conhecer mais de perto o 5G. Eu estudei isso um pouco, pus minha equipe para estudar, é uma grande mudança o 5G. Inclusive, analisar o contrato que foi feito do 5G, que tem para as cidades menores, e tem prazo e mais pobres. Acho que isso tem que ser revisto imediatamente pelo Tribunal de Contas, entrar mais profundamente. Obrigada.

HAMILTON | Nós que lhe agradecemos, conselheira Luiza Trajano, pelas várias colocações, várias considerações. Como eu já disse antes, isso só reforça a importância de realizarmos essa interação no âmbito do CECAP, colhendo essa percepção de cada um dos senhores. A senhora nos traz ricas percepções em termos da realidade do País, que reforçam direcionamentos a serem adotados no âmbito da atuação do TCU. Por outro lado, a senhora força essa questão de nós termos, dentro do CECAP, fazer acontecer, gerar resultados concretos. Isso nós temos procurado incorporar dentro dos planos de ação, e estamos, sim, imbuídos de trazer resultados concretos para a nossa atuação. A senhora traz uma sugestão de talvez fazermos uma reunião, talvez um dia, trazendo agentes da sociedade para discutir determinado tema. Vamos considerar essa possibilidade, sim. Todos os pontos estão anotados e vamos dar tratamento, prosseguimento e análise a essas questões. Eu queria passar a palavra para o conselheiro Sebastião Helvécio.

CONSELHEIRO

SEBASTIÃO HELVÉCIO

Muito obrigado, Hamilton. Boa tarde a todos os colegas conselheiros, a todos os colegas servidores do Tribunal de Contas da União. É um prazer muito grande rever a todos, nesse nosso segundo encontro do colegiado que faz o CECAP. Eu fiz, Hamilton, duas anotações iniciais, que eu gostaria que depois você conversasse com a nossa querida Ana, que fez a apresentação. A pri-

meira delas é um assunto que eu sempre volto à baila, que é quando se refere aos governos estaduais e municipais como entes subnacionais. Eu sempre faço esse reparo, que a nossa Constituição não estabelece hierarquia entre os entes federados. Na nossa realidade, não temos governos subnacionais, nós temos a União, os Estados, os Municípios, todos eles autônomos, na forma da nossa Constituição. O segundo ponto que eu também gostaria de ressaltar, que foi ao longo dos outros colegas conselheiros também ressaltado, é quando vamos buscar as boas práticas, que acho que esse é um caminho muito interessante para trabalhar a disseminação do conhecimento. Na apresentação, ficou entre as entidades fiscalizadoras superiores. Esse conceito é muito próprio da Intosai, onde cada país tem realmente uma entidade que eles chamam de suprema, aquela entidade nacional. Mas, na realidade, os países federados, como é o caso do Brasil e tantos outros, poderíamos substituir aquele S maiúsculo, de superiores, por Entidades Fiscalizadoras. Os tribunais de contas regionais e municipais podem dar a contribuição muito grande, e eu vou aqui fazer alguns apontamentos dentro da fala, inclusive, que os outros colegas colocaram. Daquela apresentação, seriam esses dois pontos que eu gostaria que fossem anotados. Em seguida, outro assunto que me chamou muito a atenção e que acho que poderíamos, nesse grupo tão qualificado, tentar fazer uma avaliação mais profunda, foi o debate iniciado pelo querido professor Affonso Pastore, ao qual devo meu doutorado, como meu professor e meu orientador Sulamis Dain, que aprendi a admirar muito pela rigidez acadêmica com que Affonso trata dos temas, especialmente naquela época, estava estudando a questão da agricultura, que ele havia desenvolvido na sua tese e, com a fala da professora Claudia Costin, essa questão da visão transdisciplinar da educação. O que me chama atenção é que mesmo, por exemplo, aqueles municípios que estão muito exitosos em avançar nos índices da educação – eu me refiro a um caso brasileiro muito conhecido, que é por exemplo o município de Sobral –, o que se percebe é que, mesmo havendo um avanço muito grande nos indicadores do aprendizado, não houve, de modo similar, os avanços nos indicadores econômicos. Eu acho que essa reflexão, para nós podermos entender esse papel da aprendizagem como um fator de transformação real do território, merece uma investigação mais profunda. Pelo que estamos vendo desses

estudos, a simples melhora dos índices de aprendizado não traz, para aquele território, um crescimento, um desenvolvimento econômico compatível. Aí é a minha primeira sugestão objetiva. Eu acho que a grande característica que o TCU tem, que o Tribunal de Contas da União pode nos ajudar, é nessa avaliação da política educacional. Porque, realmente, a questão que o Pastore colocou, a questão que a Cláudia colocou, tem algumas verdades e alguns mitos que precisam ser identificados. Essa questão, por exemplo, do Fundeb, nesse gasto com basicamente a remuneração de professor, eu acho que merece um estudo mais aprofundado para podermos chegar até que ponto realmente essa remuneração tem a ver com a qualificação do desempenho profissional do magistério. Vencida essa primeira etapa, com relação à questão da educação, essa visão mais transversal, me parece, querido Pastore, que um detalhe fundamental é a modificação da legislação que sustenta esse nosso modelo educacional. Eu acredito que a Lei de Diretrizes e Bases tem também que ser estudada dentro de uma visão maior da sociedade, para podermos entender como poderíamos melhorar, de modo prático, o desempenho dos nossos alunos no PISA, que realmente é um fenômeno difícil de entender. Essas são minhas duas preliminares. Agora, passando para os nossos três grupos temáticos, o grupo temático número um, eu entendo, Hamilton, que o Tribunal de Contas da União também pode liderar, na América Latina, essa auditoria operacional que vai tratar da questão ambiental, da questão climática, porque ela na verdade não se limita ao território brasileiro. É uma questão mundial, mas, como o Tribunal de Contas da União tem uma inserção muito forte na Olacefs. A Olacefs, para quem não está acostumado com esse jargão do controle, é a entidade que reúne todos os países latino-americanos e do Caribe. Então, poderíamos propor, e esse encontro que vai ter agora da Olacefs esse ano, em setembro, essa auditoria operacional, pelo menos em nível de América, para podermos conhecer um pouco mais dessa interferência sobre a chamada região amazônica e seu impacto no clima como um todo. No segundo grupo de trabalho, que foi essa questão do desenvolvimento econômico, eu acho que o grande foco para nós ainda é a questão do enfrentamento das desigualdades. Nisso eu acho que o órgão de controle, dentro daquela característica sua da missão fundamental, que é ajudar a administração em favor da sociedade, se encaixa perfeitamente.

Porque, se nós mitigarmos essas diferenças entre as regiões, entre as pessoas, estamos dando uma grande contribuição para a democracia e para a cidadania. Hoje, de acordo com a cidade que um menino nasce, uma menina nasce, o futuro deles será completamente diferente dentro do nosso próprio país. Então, acredito que essa questão da desigualdade regional deve ser um foco de um seminário, de um estudo perene mesmo, até conseguirmos diminuir esse abismo tão grande entre Estados, entre regiões dentro do Estado, entre pessoas, já que somos todos nós brasileiros. Finalmente, no grupo três, em que tratamos essencialmente dessa questão que quase todos os colegas comentaram, da inclusão digital, eu acho que poderíamos escolher esse tema, essa Lei da Inclusão Digital, para ser o primeiro estudo, no Brasil, de uma política pública de acordo com aquele *Guide* noventa e dois, em que o Tribunal de Contas não é mais auditor e nem juiz, e passa a ser um avaliador. É uma visão nova que a Corte de Contas da França tem liderado mundialmente, e tem dado resultados espetaculares. Eu tive a oportunidade de ver o impacto que eles fizeram na política habitacional, a partir do tribunal de contas da França, e o resultado foi a mudança da legislação. Essa seria a contribuição que eu deixaria. Para encerrar, agradecendo, aprendi muito com todos os colegas conselheiros que me antecederam, fui fazendo algumas anotações e, duas delas eu gostaria de destacar. A primeira, da minha queridíssima Ministra Ellen Gracie, quando ela comenta dessa questão das licitações, nós temos hoje, Ministra, uma ferramenta espetacular, desenvolvida pela CGU e, depois, muito aprimorada pelo TCU, que é o chamado Alice, que é uma espécie de robô que faz diariamente a leitura de todos os editais de licitações e contratos feitos no Brasil. E hoje nós fizemos uma rede com todos os trinta e três tribunais de contas do Brasil. Então, é possível termos, em tempo real, com essa utilização, não uma análise, mas todos os editais que foram publicados num determinado dia. Essa sugestão sua, excepcional, poderíamos, dentro desses recortes, fazer uma amostragem, e fazer uma verticalização nessa apreciação. Mas é interessante saber que já temos essa ferramenta disponível, com muito sucesso, o Alice, nesse laboratório de análise de licitação e contratos. O segundo detalhe, que você coloca com muita precisão essa necessidade da rede, que o Hamilton colocou rapidamente, do projeto Integrar, temos avançado muito hoje nesse trabalho, na

construção de um sistema de controle externo brasileiro. Ainda hoje mesmo o Instituto Rui Barbosa, que reúne os trinta e três tribunais de contas do Brasil, o TCU participou lá com o Nicola e a Renata, dentro desse trabalho do Integrar, exatamente aproximando os trinta e três tribunais de contas, para que possamos ter um padrão nacional. Paro por aqui, agradeço mais uma vez essa oportunidade de aprender tanto com tantos colegas, que trazem visões multidisciplinares para todos nós. Encerro fazendo um louvor à Ministra Ana Arraes. A Ministra Ana Arraes é uma pessoa muito especial. Ela é filha, para mim, de um grande ícone nacional, e mãe de um grande ícone nacional. Ela, como mulher, consegue fazer essa ponte entre o passado e o futuro e é, certamente, uma inspiração para que todos nós possamos trabalhar dentro do CECAP, no sentido de ter um futuro melhor para os brasileiros que dependem de todos nós, que estamos em várias posições dentro da administração pública ou na vida privada. Muito obrigado.

HAMILTON | Nós que lhe agradecemos, conselheiro Sebastião Helvécio, pelas valiosas contribuições. Tomamos nota das suas observações em relação à apresentação que foi feita, bem como das outras contribuições em relação aos vários GTs, e até reforçando também as ponderações já colocadas pelos conselheiros anteriormente, sobre a importância desse foco na questão da educação como um tema até transversal, com impacto nas várias temáticas e, principalmente, na temática do desenvolvimento econômico. Tomamos nota, essa sua sugestão da questão talvez levar essa proposta na reunião do Olacefs, o conselho de auditoria na América Latina, bem como as demais sugestões, vamos ver a possibilidade de atender, de incluir isso dentro do escopo dos nossos trabalhos aqui. A conselheira Luiza Trajano fez uma referência, no sentido de elogio à minha pessoa, pelo fato de todo mundo estar observando o tempo, mas não tive interferência nenhuma, tenho que elogiar a todos vocês, que observaram o tempo das suas falas, de forma bem objetiva e de forma a conseguirem colocar suas contribuições. Em função disso, nós estamos conseguindo cumprir o tempo previsto para essa reunião. Eu gostaria, como ainda temos um certo tempo até o término previsto, que seria as dezessete horas, de ofertar novamente, isso não estava previsto, mas como estamos com esse tempo, e aqui é uma oportunidade única de ouvi-

-los, gostaria de ofertar novamente a palavra aos senhores. Eu estou vindo a conselheira Tatiana e acabei não oferecendo a palavra, porque estava aparecendo para mim que a senhora não estava presente. Então, eu gostaria de passar a palavra à conselheira Tatiana. Por favor. Pedindo desculpas pela minha falha.

CONSELHEIRA

TATIANA

44

Boa tarde a todos. Cumprimento a Ministra Ana Arraes, presidente do Tribunal de Contas, todos os servidores envolvidos nessa reunião. Eu estava bem quietinha, mas eu fui a primeira a chegar na sala. Eu queria tocar em três pontos. Eu corroboro com todos os conselheiros, com o que eles falaram, principalmente com o conselheiro Leonardo Secchi, sobre a necessidade de uma interação maior, presencial, como a conselheira Luiza também já tocou nesse assunto. Eu acho que essa interação presencial e mais prolongada vai permitir sair da teoria e atingir a prática, para que essas reuniões realmente sejam eficazes, produzam algum efeito. O conselheiro Sebastião Helvécio tocou num assunto que eu venho batendo desde a primeira reunião, que é a auditoria operacional. O TCU foca muito na auditoria contabilista, matemática, e ele não dá uma ênfase na auditoria operacional, que eu acho que traria muito mais resultados. Eu discuti no GT 3 sobre a implantação de novos recursos tecnológicos que precisariam ser mais bem avaliados. Muitas vezes, a implantação desses recursos tecnológicos é avaliada por um grupo pequeno de pessoas que compartilham da mesma visão, deixando essa escolha um pouco restrita à visão dos decisores. Aqui somos um grupo diverso, cada um com um olhar diferente sobre o mesmo assunto. Essa interação proporcionaria uma unidade final em determinado assunto dos grupos, dos três GTs, para que pudéssemos partir para uma prática, e saísse da teoria que não tem eficácia. Como eu digo sempre, o (inaudível) é sempre o último na fila, eu não vou me estender muito, não vou usar todo meu tempo, mas gostaria que ficasse registrado sobre a necessidade real de interação. Só mais uma coisinha. A ODS, que foi revisada em dois mil e quinze, no ponto nove, fala

em inovação em infraestrutura. Essa inovação em infraestrutura precisa ser mais bem avaliada pelo TCU. Como eu também já falei na última reunião, ele precisa se dedicar a uma fiscalização mais operacional e mais rígida sobre o cumprimento dos contratos que as empresas de telecomunicações estão praticando, porque existe já a legislação, o contrato, só que ele não tem sido efetivo porque ele não tem sido cumprido e não existe uma fiscalização que tenha feito uma avaliação operacional desse cumprimento de contrato. Era isso que eu queria falar nesse momento. Agradeço a todos.

HAMILTON | Muito obrigado, conselheira Tatiana, pelas suas palavras. Tomamos nota das suas contribuições. Achei interessante, muito importante esse reforço que a senhora traz para a importância das auditorias operacionais, que o Tribunal tem procurado implementar. A questão da interação entre os GTs é algo realmente fundamental. Esses temas foram definidos, mas mais para fins de organização dos trabalhos, eles se inter-relacionam, os temas dos três GTs, é importante sim que haja uma interação. A forma como está estruturada o CECAP, existe um comitê técnico que conduz essas discussões com os representantes de cada GT com os coordenadores, e temos que efetivamente estar atentos para a interação das ações e entre esses vários GTs. Eu agradeço sua contribuição. Ainda estamos com um certo tempo, eu queria abrir novamente a palavra para alguns dos conselheiros, caso queiram fazer alguma consideração adicional. Seria uma fala curta, caso algum de vocês queira fazer alguma consideração adicional, teríamos cerca de dez minutos ainda. Conselheira Ellen Gracie.

ELLEN GRACIE | Muito obrigada, doutor Hamilton. Aproveitando essa oportunidade e, também, a informação que nos trouxe o conselheiro Sebastião, queria solicitar, se possível, que houvesse, de parte da secretaria do CECAP, uma gestão junto ao Tribunal de Contas, primeiro, para que esse banco de dados ALICE, eu acredito que ele não seja de acesso público. É de acesso público?

SEBASTIÃO HELVÉCIO | Eu tenho impressão que não, Ministra. Ele é restrito aos auditores. Agora, o resultado da apuração pode se transformar público,

porque ele é uma ferramenta de trabalho dos auditores dos tribunais. Mas o resultado desse trabalho pode ser público.

ELLEN GRACIE | Conselheiro Sebastião, talvez seja tecnicamente fácil fazer com que esse banco de dados tenha um acesso público, um acesso irrestrito, para que o cidadão dos cinco mil municípios possa, efetivamente, controlar quais são as prioridades que estão sendo seguidas pelo seu governo local. Eu acho que isso seria uma ferramenta útil, independentemente da segunda parte, que consiste nessa análise de uma amostragem, que teria inclusive efeito didático. Acho que já passou há bastante tempo aquela época em que o Tribunal de Contas era o bicho papão dos administradores. O bom administrador considera o Tribunal de Contas um aliado da sua administração e, por isso, eu creio que uma análise dessa amostragem, e a demonstração dos feitos, serviria para as diversas prefeituras aprenderem a fazer licitações de forma correta, a impedir a ocorrência de certos conflitos de interesses, que são muito comuns, e as fraudes, que são já bastante conhecidas. O *modus operandi* das fraudes em licitação pode ser atacado de uma maneira bem eficiente, se nós trabalharmos com grandes números. Usando inteligente artificial então, doutor Hamilton, conseguimos fazer uma limpa bem grande na administração dos municípios, dos Estados, da própria União.

46

HAMILTON | Ótimo, conselheira. Muito obrigado pela contribuição adicional. Vamos trabalhar nessa questão e ver dessa possibilidade. Sabemos, hoje, efetivamente, o Alice é uma ferramenta para os nossos trabalhos, enquanto auditores. E, muitas vezes nós, no TCU, quando identificamos algumas questões, compartilhamos isso com o próprio órgão gestor, e mostramos: “-tem alguma coisa nessa linha”, de forma que eventuais ajustes sejam feitos até antes de a licitação ser realizada. É um trabalho que é feito de forma rotineira dentro do Tribunal e, acredito, também na CGU, mas, efetivamente, tem que se pensar em como envolver o cidadão nesse trabalho. A contribuição da senhora é muito bem-vinda. Teríamos ainda cerca de cinco minutos, algum dos senhores quer fazer alguma colocação adicional, senhores conselheiros? Temos aqui também presentes, representantes dos comitês dos GTs, tem os coordenadores dos GTs, que estão trabalhando. Eu queria também

abrir a palavra, antes de partirmos para o encerramento, se alguém quer fazer alguma consideração sobre alguns dos pontos que foram colocados pelos conselheiros.

HAMILTON | Ministra Ana Arraes, por favor.

ANAARRAES | No início do ano passado, quando assumi presidência, eu capacitei os prefeitos. Eles, muitas vezes, não têm. Eles têm um contador e não entendem da lei de aplicação de recursos, como devem (inaudível) recurso. Fizemos uma cartilha, o contador normalmente ia com eles para poder compreender, e foi um sucesso, porque eu dizia: “–não é possível, esses prefeitos do interior não têm condição de fazer uma prestação de contas dessa.”. Foi um sucesso, e todos ficaram muito felizes. É por conta da educação que o brasileiro tem que, muitas vezes, é erro e não é dolo. Eu quero agradecer a todos pela presença, pelo interesse. Estamos sempre à disposição.

HAMILTON | Com essas palavras finais de agradecimento da nossa Ministra Presidente, queria então encerrar o nosso evento, agradecendo as valiosas contribuições de todos os senhores, e reforçando que o nosso trabalho, de agora em diante, nos próximos meses, vai ter sequência no âmbito dos GTs. Isso vai ser objeto de comunicação para os senhores. As questões que foram aqui colocadas vão ser trabalhadas, avaliadas. Até que ponto podemos enfatizar esses pontos, incorporar todos esses pontos, sempre com esse objetivo de efetivamente produzirmos um bom resultado ao final, que possamos traduzir em ação concreta no ano que vem, que possamos, efetivamente, contribuir para a melhoria dessa nossa situação, em termos do Estado de coisas no País, a melhoria da situação da Administração Pública Federal, a implementação das políticas públicas em nível federal, estadual e municipal.

Muito obrigado a todos pela participação. Aqui finalizamos o evento.

PORTAL.TCU.GOV.BR

MISSÃO

**Aprimorar a Administração
Pública em benefício da sociedade
por meio do controle externo.**

VISÃO

**Ser referência na promoção
de uma Administração Pública
efetiva, ética, ágil e responsável.**